Trabalho no capitalismo contemporâneo: pelo fim das teorias do fim do trabalho

Marcelo Dias Carcanholo e
João Leonardo Medeiros

Professores de Economia da Universidade Federal Fluminense
e membros do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas
sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx)

Trabalho no capitalismo contemporâneo: pelo fim das teorias do fim do trabalho

O artigo recupera o longo debate a respeito da suposta tendência ao fim do trabalho no capitalismo contemporâneo, que teria transformado a teoria de Marx numa interpretação da vida social totalmente extemporânea. Opondo-se aos argumentos oferecidos pelos diversos formuladores das teses sobre o fim do trabalho (Gorz, Offe, Habermas, Hardt e Negri, entre outros), o artigo procura defender, por um lado, que muitos destes argumentos são carregados de problemas de toda ordem (teóricos, categoriais, metodológicos e empíricos). Por outro lado, procura-se demonstrar que, ainda que estivéssemos caminhando para uma situação na qual o trabalho deixa de ter importância na reprodução social, a intervenção crítica de Marx não seria abalada pela aberta manifestação dessa tendência: ao contrário, a importância de sua intervenção seria, na verdade, realçada.
Palavras Chave: Trabalho; Capitalismo; Karl Marx.

Work in contemporary capitalism: for the end of the theories of the end of work

The paper resumes the longstanding debate on the presumed tendency towards the end of work in contemporary capitalism, which would have transformed Marx's theory into a totally extemporaneous interpretation of social life. Opposing arguments advanced by the various thinkers who give shape to the theses about the end of work (Gorz, Offe, Habermas, Hardt e Negri, among others), the paper tries to defend, on the one hand, that many of these arguments carry with them all sorts of problems (theoretical, categorical, methodological and empirical). On the other, it attempts to show that, even if we were evolving to a situation where work has no importance to social reproduction, Marx's critical intervention would not be shaken by the open manifestation of this tendency: contrary to this, its importance would be, in fact, rendered conspicuous.
Keywords: Work; Capitalism; Karl Marx.

Frequentemente, o novo não é senão o tratamento mais exato do antigo, a necessidade de esclarecê-lo.

G. Lukács

Considerando o que disseram e continuam a dizer numerosos filósofos e cientistas sociais nas últimas décadas, parece que, finalmente, podemos (ou poderemos em breve) dizer adeus ao trabalho. As diversas versões dessa tese do fim do trabalho difundiram-se notavelmente nos últimos tempos, oferecendo suporte tanto a interpretações mais apologéticas da forma e do conteúdo do capitalismo contemporâneo, como – o que nos parece mais grave – a posições pretensamente críticas dessa formação social.

Este artigo pretende discutir esses posicionamentos a partir das categorias marxianas. A recuperação da concepção original de Marx a respeito do trabalho, da classe trabalhadora e da dinâmica contraditória do trabalho regido pelo capital é fundamental para opor-se à tese do fim do trabalho pelo simples fato de que todas as suas versões particulares são construídas como crítica à supostamente limitada perspectiva do autor. Perspectiva essa que, para os defensores da tese, na melhor das hipóteses teria sido superada historicamente na atual etapa da acumulação capitalista. O que pretendemos mostrar é que, se a intervenção de Marx é tomada sem prejulgamentos, se o efetivo teor de suas colocações é reconstituído, fica evidente que

a alegação de extemporaneidade de suas ideias e de sua crítica ao capital não se justifica.

Com esse propósito, o artigo inicia com uma breve apresentação das principais formulações da tese do fim do trabalho no capitalismo contemporâneo. A seção seguinte procura compreender a existência dessa tese que conflita com a experiência cotidiana da sociedade capitalista, na qual o escopo do trabalho ampliou-se nas últimas décadas, com o propósito de esclarecer os fundamentos objetivos que a tornam uma forma de consciência socialmente aceita e difundida. Em seguida, discute-se a manutenção do conteúdo capitalista do trabalho na contemporaneidade e as mudanças formais do trabalho nos últimos tempos. Por fim, defende abertamente o que podemos denominar de "retorno a Marx" para rejeitar as teses do fim do trabalho e construir uma interpretação efetivamente crítica da sociedade capitalista.

A tese do fim do trabalho em diversas versões

Ainda que com diversos antecedentes, a popularização da tese de que a sociedade avançou ou estaria próxima a avançar para uma etapa pós-trabalho é frequentemente atribuída a Gorz (1982). Do longo argumento do autor, duas proposições parecem-nos centrais. Primeiro, Gorz alega que o crescimento da produção e da ocupação no setor de serviços desqualifica a categoria de trabalho (na verdade, para ele, operário) produtivo (1982, p. 89-90). Os indivíduos repelidos do processo de produção industrial e absorvidos pelo setor terciário constituiriam uma classe social às avessas, a "não-classe" de "não-trabalhadores" (*idem*, p. 9-22). Segundo, a revolução técnica representada pela informatização faria com que o trabalho perdesse sua preponderância na produção material e, portanto, o seu estatuto de fundamento do valor (*idem*, p. 91).

Inúmeros pensadores não apenas aceitaram prontamente essas considerações de Gorz, como acrescentaram ao conjunto do argumento proposições que supostamente reforçariam a tese central do

fim do trabalho. Offe, por exemplo, procura comprovar com evidências concretas "a conclusão de que o trabalho e a posição dos trabalhadores no processo de produção *não* são tratados como o princípio básico da organização das estruturas sociais" (Offe, 1989, p. 171). As "evidências" apresentadas pelo autor vão desde a postulação de que os atributos homogeneizantes do trabalho social foram rompidos pela segmentação, diferenciação e heterogeneidade das situações atuais de trabalho até a consideração de que as horas livres dos indivíduos ampliaram-se durante o século XX, substituindo horas de trabalho.[1]

Após exibir todas as "evidências" de que dispõe, Offe conclui que a teoria social não deve mais se ater à "sociedade do trabalho", o que, na verdade, significa que as categorias associadas à teoria social de Marx devem ser rejeitadas (*idem*, p. 194-195). Qual seria então a teoria social alternativa que daria conta da contemporaneidade? O próprio autor nos responde: a de Habermas, que, em seu juízo,

> retrata a estrutura e a dinâmica das sociedades modernas não como um antagonismo enraizado na esfera da produção, mas como um choque entre os "subsistemas da ação racional intencional", mediado, de um lado, pelo dinheiro e pelo poder e, por outro, por um "mundo vivido", que "obstinadamente" resiste a esses sistemas (*idem, ibidem*).

O argumento de Habermas (1992) de que o trabalho não seria mais central na sociedade contemporânea vem acompanhado da

---

[1] Uma dentre as "evidências" oferecidas por Offe é, para dizê-lo honestamente, desconcertante. Segundo o autor, pesquisas sociológicas "demonstram" que a base das estruturas sociais não é mais o trabalho (ou melhor, o local de trabalho), mas a vida cotidiana, o "mundo vivido". Offe não suspeitou que seu argumento subentende uma prévia aceitação do conteúdo das pesquisas. A "evidência" resume-se, portanto, ao seguinte: pretende-se sustentar que o trabalho não é mais o fundamento da estrutura social pelo simples fato de que "pesquisas" tenham dito que o trabalho não é mais o fundamento da estrutura social! Em última análise, sustenta-se que o trabalho não é mais central porque se sustenta que ele não é mais central!

proposta de pensá-la a partir de uma esfera da intersubjetividade, i. e. pela centralidade da esfera da comunicação (ou da ação comunicativa, como prefere o autor). Essa intersubjetividade seria característica do que o autor chama de *mundo da vida*, definido como

> o lugar transcendental onde o que fala e o que ouve se encontram, onde eles podem reciprocamente colocar a pretensão de que suas declarações se adequam ao mundo (objetivo, social ou subjetivo) e onde eles podem criticar e confirmar a validade de seus intentos, solucionar seus desacordos e chegar a um acordo (HABERMAS, 1992, p. 126).

Já as esferas econômica e política, no pensamento de Habermas, comporiam o que ele chama de *sistema*. O sistema estaria desacoplado do mundo da vida porque seus meios de controle social, que são o poder e o dinheiro, não se conciliariam com o espaço de maior identidade formado a partir da ação comunicativa, característica do outro domínio. Entretanto, o poder e o dinheiro – constitutivos do sistema – acabariam se sobrepondo, dominando a esfera comunicacional e colonizando o mundo da vida. A conclusão do autor, neste particular, é que a colonização do mundo da vida pelo sistema confere a forma contemporânea ao processo de reificação.

Como tudo isso se relaciona com a negação da centralidade do trabalho na vida social? Na concepção de Habermas, a teoria marxiana da reificação trataria apenas de uma das formas do processo mais amplo de reificação, de modo que Marx teria cometido o erro de generalizar um caso específico de subsunção do mundo da vida ao sistema (*idem*, p. 342). Por isso a teoria do valor do Marx teria, do ponto de vista lógico, uma validade restrita, e, do ponto de vista histórico, uma relevância cada vez menor, dadas todas as modificações vivenciadas nos últimos tempos. Por exemplo, a debilidade da teoria do valor de Marx seria atestada pelo fato de que a revolução microeletrônica teria deslocado o trabalho como principal produtor

de riquezas (assim como em Gorz). Mais do que isso, a ciência teria se tornado a principal força produtiva.[2]

É interessante assinalar, nesse ponto, que a aceitação de que o centro dinâmico da sociabilidade contemporânea reside na esfera comunicativa – proposição por si mesma controversa – não requer necessariamente a aceitação da tese do fim do trabalho. A polêmica intervenção de Hardt e Negri, por exemplo, admite sem qualquer questionamento a ideia de que as novas tecnologias, principalmente de comunicação, e a informática em geral, teriam deslocado o trabalho industrial do centro da produção capitalista, que passaria a ser ocupado pelo "trabalho imaterial". De acordo com os autores, o trabalho imaterial, "envolvido em comunicação, cooperação, e na produção e reprodução de afetos" (Hardt e Negri, 2001, p. 53) impulsiona "o setor de serviços, no topo da economia informacional" (*idem*, p. 293). Hardt e Negri rejeitam, todavia, tanto a ideia de que o trânsito do capitalismo industrial para o capitalismo informacional possa ser caracterizado quantitativamente (isto é, pelo número de trabalhadores ocupados em cada setor da produção) quanto a tese do fim do trabalho. Ao contrário, os autores argumentam que o escopo da produção se amplia a ponto de que ela se confunda com as demais esferas da vida. O "trabalho imaterial" seria justamente o fundamento concreto desse processo, por seu caráter presumidamente comunicativo, afetivo e simbólico (*idem*, p. 209-210). Não se afirma o fim do trabalho, mas o fim da antiga forma de trabalho (cuja centralidade, na opinião

---

[2] É nítida a completa negação do argumento marxiano. A conclusão de Habermas de que a ciência é a principal força produtiva permite supor que, para ele, a ciência tornou-se a principal fonte produtora de valor e, portanto, de mais-valia. Isso porque Habermas nitidamente confunde produção material (processo de trabalho – trabalho concreto) com produção capitalista de valor (processo de valorização – trabalho abstrato). O resultado é o juízo de que o esforço de Marx para mostrar que a mais-valia é fruto do trabalho (vivo) tornou-se ultrapassado.

dos autores, estaria na indústria) e a constituição de uma nova forma (baseada no "trabalho imaterial").[3]

Do controvertido argumento de Hardt e Negri, limitemo-nos aqui ao que nos parece que pode ser admitido como uma espécie de acordo mínimo: ainda há trabalho, e muito! Trabalho de toda sorte, pago, não-pago, por conta própria, escravo, em fábricas, em estúdios de televisão, em universidades, em domicílio, por turnos, em jornadas definidas, com ou sem horas extras, material ou imaterial (no sentido marxiano) etc., em todas as atividades e instâncias sociais. Diante de uma realidade como esta, empírica no sentido amplo da palavra, mesmo o analista mais distraído teria de concordar que ainda se trabalha. Se é assim, por que, então, muita gente de gabarito, respeitada intelectualmente, concluiu, ao examinar a dinâmica do capitalismo em sua fase atual, que o trabalho é, no máximo, uma relação social em extinção (talvez já extinta)? É essa a questão que consideramos verdadeiramente decisiva neste debate.

Por que surgiu a ideia de que o trabalho chegou ao fim?

Dentre as diversas razões para a formação desta interpretação equivocada, quatro nos parecem determinantes. Primeiro, e não por acaso, pode-se especular que a ideia de que o trabalho tenha desaparecido do mapa concreto e teórico possa ter alguma relação com o alto grau de mecanização de determinados setores da produção capitalista e com a extensão de boa parte dessa produção (principalmente

---

[3] Parece-nos importante registrar que Hardt e Negri compartilham com os defensores da tese do fim do trabalho o entendimento de que é necessário um conjunto categorial *radicalmente* novo e ajustado às novas condições do capitalismo contemporâneo. Isso, para os autores, exigiria uma reformulação substantiva do argumento de Marx. Em suas palavras: "devemos nos afastar das teorias de Marx, na medida em que o objeto de sua crítica, a produção capitalista e a sociedade capitalista como um todo, mudou" (Hardt e Negri, 2005, p. 189).

industrial) para regiões da periferia do sistema.[4] Essa realidade, no entanto, não parece fundamentar a conclusão do desaparecimento do trabalho. Por um lado, o alto grau de mecanização não implica necessariamente redução absoluta do trabalho (número de horas e/ou pessoas ocupadas), ainda que represente uma significativa diminuição relativa (queda da participação da força de trabalho no capital total ou como proporção do valor do produto).[5] Quanto ao movimento do trabalho para fora do eixo central da economia capitalista, o correto é falar de uma extensão do trabalho, como o fizemos, e não de um deslocamento do centro para a periferia. Para ser mais claro, o trabalho não se reduziu em lugar algum. Ao contrário, a sua lógica capitalista é que foi ampliada extensiva e intensivamente, tomando conta de todas as regiões do globo.

Desde já, temos de ressaltar que, independente do grau de consciência dos formuladores das teorias do fim do trabalho, trata-se de uma interpretação da realidade social que em muito contribui para mascarar as formas de subordinação da classe trabalhadora nos países que, atualmente, abrigam uma parte representativa da produção mundial – como se o trabalho efetuado na China, Índia, Bolívia, Tibet, Brasil, por exemplo, pudesse ser solenemente ignorado. Pode-se sugerir, para quem o queira investigar, que o grau de aceitação dessa concepção absurda tem íntima conexão com o evidente papel ideológico que ela desempenha na reprodução do capital. Pode não ser pura coincidência, então, que os formuladores das teorias do fim do trabalho se sintam obrigados a rejeitar, muitas vezes radicalmente, ascendências teóricas que vislumbrem a transformação da realidade social – em especial, Marx.

---

4 Pode-se recordar brevemente que, durante o Século XX, a produção capitalista estendeu-se para regiões diversas de todos os continentes.

5 É prudente observar que a redução relativa da força de trabalho não apenas não nega a importância do trabalho, como a reforça, uma vez que a maior transformação de meios de produção pela força de trabalho nada mais é do que o aumento da produtividade do trabalho.

Além da primeira razão acima indicada, diretamente relacionada à realidade objetiva, as outras três que nos parecem merecer uma consideração imediata são relacionadas a erros, alguns deles crassos, na compreensão e emprego de categorias-chave para o tratamento do tema. Como sempre, a acusação de erros de categoria pressupõe uma determinada orientação teórica. No caso, as categorias compõem o repertório marxiano de interpretação da sociedade capitalista e os erros no uso destas categorias podem ser tomados como uma tentativa de revisão mal sucedida.

O erro de categoria mais básico dos básicos, nem sempre associado a uma tentativa de revisão da obra de Marx, é a confusão entre trabalho e indústria, o que não tem, na realidade, o menor amparo no trabalho do autor. É relativamente bem conhecida a caracterização do trabalho concreto por Marx (1998, L. I, vol. 1, cap. V). Para ele, trata-se da atividade mediante a qual a espécie humana cria, em dado grau de desenvolvimento social, as suas condições de existência. Ao descrever o trabalho nesta formulação abstrata (geral) e transcendente, Marx não qualifica as atividades particulares que compõem esta atividade geral de reprodução (social) do gênero humano. E nem poderia fazê-lo, pois a sociedade só reproduz as suas condições de existência (num dado estágio do desenvolvimento social) se reproduzir a totalidade das relações sociais. Dito de outra forma, toda e qualquer atividade que integra a divisão social do trabalho é trabalho, seja uma atividade industrial ou não! Parece-nos, neste caso particular, mais um equívoco de compreensão, de leitura, difundido certamente com o apoio de erros crassos de tradução, do que outra coisa qualquer.[6]

Do ponto de vista estritamente teórico, também contribui para a confusão entre trabalho e indústria, por um lado, a dificuldade de compreender a acepção da palavra indústria tal como a emprega Marx e, por outro, o fantástico equívoco quanto à concretude do

---

[6] Por exemplo, a tradução de *Arbeiter* por operário e de *Arbeiterklasse* por classe operária. Embora o termo operário possa ser empregado como sinônimo de trabalho, é evidente que ele transmite a ideia de trabalhador industrial, de trabalhador de "chão de fábrica", como se diz.

trabalho imaterial. No que tange a este último, é suficiente recordar que, em momento algum e de nenhuma forma, Marx sugere que só valem como formadores de valor determinadas formas concretas de trabalho, isto é, aquelas que criam mercadorias, digamos, tangíveis. Já nas primeiras linhas de *O Capital*, o autor explicita este ponto de vista quando afirma que as mercadorias são coisas que satisfazem "necessidades do estômago ou da fantasia" (*idem*, p. 57).

Sobre o significado de indústria na obra de Marx, não nos parece restar dúvida de que seja um sinônimo de produção em geral. Por isso, o autor menciona a *indústria* agrícola; por isso, descreve o professor como trabalhador *industrial*; por isso, a categoria que se refere à articulação dialética entre o conteúdo-capital e as suas diversas formas (produção e circulação de mercadorias), isto é, o capital em geral, recebe de Marx a denominação capital *industrial*, independente do fato da concretude dessa produção se dar na indústria, na agricultura ou nos "serviços". O autor parece ter sido suficientemente claro quando afirmou que,

> nos estádios de circulação, o valor-capital assume duas formas, a de *capital-dinheiro* e a de *capital-mercadoria*; no estádio da produção, a forma de *capital-produtivo*. O capital que, no decurso de todo o seu ciclo, ora assume, ora abandona essas formas, executando através de cada uma delas a função correspondente, é o capital-industrial, industrial aqui no sentido de abranger todo ramo de produção explorado segundo o modo capitalista (MARX, 1998, L. II, p. 62).

O segundo erro de categoria que favorece o entendimento veiculado pelas teorias do fim do trabalho (e não só por elas) é aquele que envolve a redução da condição de classe à condição de ocupação: ou seja, ao entendimento de que trabalhador (integrante da classe trabalhadora) é tão-somente quem está ocupado diretamente pelo capital. Mais uma vez, parece-nos possível afirmar decididamente que não faz sentido, desde a perspectiva marxiana, supor que a desocupação

ou subocupação converta o trabalhador em outra coisa que não um trabalhador – desocupado ou subocupado. É precisamente por essa razão que Marx reconhece que a classe trabalhadora mobilizada pelo capital distribui-se em dois contingentes: o exército de trabalhadores ativos (ocupados diretamente pelo capital) e o exército industrial de reserva (trabalhadores em "espera", para empregar o termo de Marx).[7]

Essa redução da condição de classe à condição de ocupação leva, ainda, a que muitos intérpretes do desenvolvimento capitalista concluam diretamente da real modificação da estrutura ocupacional uma presumida transformação da estrutura de classes e, por seu intermédio, do "sujeito político", dos "atores sociais" etc. Naturalmente, pode haver e de fato há mudanças na estrutura de classes que fundamenta a sociedade capitalista, ainda que essas mudanças operem no plano formal. Todavia, como dito, não são os movimentos da estrutura ocupacional, por definição contingentes, a causa necessariamente determinante da dinâmica das classes sociais no capitalismo. O que determina a estrutura de classes *de uma sociedade qualquer* não são as especificidades dos indivíduos no interior de cada classe (ocupação, condições de vida e trabalho etc.), mas o fracionamento entre os grupos de seres humanos que emerge causal e *casual*mente na história. Por exemplo, o que permite qualificar um indivíduo como escravo numa sociedade escravocrata não é a condição particular de sua subordinação (escravo doméstico ou "produtivo", escravo bem ou mal tratado, do campo ou da cidade etc.), mas o fato de que ele esteja sujeito à própria relação social de subordinação.

---

7 Como disse Paulo Eduardo Arantes (2001, p. 318): "[não é] possível a alguém permanecer 'fora' da sociedade, pois nem mesmo os mortos o conseguem. Pela enésima vez: o desempregado não foi 'excluído' do mercado, simplesmente não encontra mais quem lhe compre a força de trabalho, assim como o pobre é um consumidor como outro qualquer, só que insolvável – numa palavra, o mercado é uma formação social que não admite nenhum 'exterior'."

Por fim, não se pode minimizar o efeito pernicioso da indiscriminada utilização da categoria capital.[8] Já em seu tempo, Marx chamou a atenção para o fato de a ciência econômica empregar acriticamente (e anistoricamente) a categoria capital para designar qualquer forma de propriedade que pudesse potencialmente se ampliar em termos meramente quantitativos (MARX, 1998, L. III, vol. 6, cap. XLVIII). Mas, nem mesmo Marx seria capaz de imaginar que a ciência econômica conseguiria estender os limites dessa compreensão equivocada do capital até literalmente *todas* as formas concretas de propriedades: hoje, desde a natureza (capital geográfico e ambiental) até o conhecimento (capital intelectual) e, no limite dos limites, a própria existência humana (capital humano) são considerados formas de capital.

O uso indiscriminado da categoria capital interessa-nos aqui, particularmente, por conta da ideia de capital humano, que é uma forma diferente de enunciar o fim das classes sociais. Afinal de contas, se mesmo o total despossuído torna-se capitalista, capitalista de si mesmo, todos, de fato, somos capitalistas![9] Para não consumir muito tempo e espaço na recuperação deste argumento bastante conhecido, basta enfatizar o essencial: que, para Marx, capital não é exatamente algo de que se tem propriedade com o objetivo de valorização. Capital, para o autor, é a organização de trabalho (forma de trabalho) cuja configuração estrutural determina por si mesma um movimento tendencial de autoexpansão.

Que essa forma histórica do trabalho exija uma forma social específica, que ela exija e reponha uma determinada distribuição da propriedade, que ela exija uma determinada relação entre a classe dos proprietários e a classe dos trabalhadores, isso em nada modifica o conteúdo capturado pela categoria capital: é, como disse

---

8 Qualquer categoria que inclua tudo deixa de servir ao papel de categoria: se tudo é *X*, *X* é exatamente... nada!

9 Aliás, não apenas os seres humanos, ao menos para o prêmio Nobel de Economia Gary Becker. Em sua formulação clássica da teoria do capital humano, Becker (1964, p. 49) informou-nos da existência de um inusitado capital-elefante.

sinteticamente Marx, uma relação social, no sentido mais amplo possível da palavra. Segue-se daí que máquinas, equipamentos, força de trabalho, dinheiro etc., não são, por sua própria constituição, capital; são capital quando participam direta ou indiretamente da dinâmica de autoexpansão do trabalho e, ao participar desta dinâmica, dão forma ao capital (isto é, *são forma* do *conteúdo*-capital).

As quatro razões acima apontadas parecem-nos contribuir para entender e explicar a formulação de uma teoria absurda sobre o atual estágio de desenvolvimento social, aquela que anuncia o fim do trabalho como fato consumado. Assumindo desde já um tom conclusivo, podemos agora enfatizar a posição que explicitamos nas primeiras linhas deste texto: a de que o trabalho ainda existe, é central, ainda expande seus limites extensa e intensivamente, mesmo que sob a lógica de valorização do capital. Isso conduz diretamente a um segundo plano argumentativo, que gira em torno da seguinte questão: o que há de específico no trabalho hoje?

Manutenção do conteúdo capitalista do trabalho

Para respondê-la, é preciso, antes de tudo, enfatizar que, a despeito das inúmeras e importantes mudanças de *forma* do trabalho, das inúmeras e importantes mudanças no processo de trabalho, no âmbito do trabalho concreto, útil, o *conteúdo* do trabalho comandado pelo capital segue inalterado. Isso quer dizer, simplesmente, que vivemos sob a mesma forma social, a saber, a forma de sociedade na qual a mediação entre os seres humanos passa obrigatoriamente pelo trabalho, ou melhor, pelo trabalho socialmente igualado como propriedade das mercadorias produzidas (valor). Em uma expressão: pelo trabalho abstrato.

Os seres humanos, por conseguinte, relacionam-se pelo trabalho, encaram uns aos outros como portadores de trabalho – na figura do dinheiro, o "nivelador radical" (Marx, 1998, L. I, vol. 1, p. 158-159) –, perseguem obstinadamente ampliar o trabalho que possuem. Por isso, no capitalismo, o trabalho, a produtividade do trabalho e a

riqueza produzida tendem a crescer, tem de crescer e, de fato, crescem. Consequentemente, hoje, como sempre nesta forma social, a lógica própria do trabalho comandado pelo capital é estranhada: o trabalho ainda é dotado de um dispositivo interno de autoexpansão.[10]

Além disso, a dinâmica do trabalho estranhado ainda se objetiva, e tem de se objetivar, pela exploração do trabalho pelo capital: a relação assalariada e a segmentação de classes que lhe é correspondente configuram a organização social necessária para que a dinâmica do trabalho estranhado se objetive. Como demonstrou Marx,[11] a relação assalariada cria as condições para a superação do caráter fragmentado do trabalho que marcava as formas de produção que o capital encontrou imediatamente diante de si. A socialização do trabalho pelo capital (que se inicia pela aglomeração espacial de trabalhadores assalariados) é condição indispensável do aumento da produtividade do trabalho, condição sem a qual a possibilidade de crescimento do escopo do trabalho e da riqueza social teria como limitante a jornada de trabalho e o crescimento da população. Como toda socialização do trabalho implica "poupança de trabalho" e, portanto, redução do valor unitário das mercadorias, ela se constitui uma arma indispensável na concorrência entre os diversos capitais e, assim, uma determinação tendencial da dinâmica capitalista. Por isso se pode afirmar que o aumento do escopo (extensivo e intensivo) do trabalho continua a pressupor a socialização do trabalho promovida pelo capital.

Em suma, *ainda* estamos numa sociedade na qual *todos* são subordinados a uma dinâmica do trabalho que se põe por si mesma. "Todos", neste caso, tem abrangência ilimitada, envolvendo tanto os trabalhadores ocupados e desocupados, que têm no trabalho a garantia de sua subsistência social e mesmo biológica, quanto os próprios capitalistas, que são compelidos pela concorrência a empurrar adiante a produção a qualquer custo, ou melhor, ao menor custo possível

---

[10] Devemos a Mário Duayer essa sintética formulação do argumento de Marx.

[11] Ver, particularmente, os Capítulos IX e XIV do Livro I de *O Capital* (Marx, 1998).

(contraditoriamente, em termos de trabalho). Expressa essa subordinação universal o fato de que todas as instâncias da vida social, desde as relações familiares até a religião, os esportes etc., sejam submetidas à lógica autoexpansiva do trabalho estranhado (capital).

É precisamente porque a essência do trabalho sob comando do capital – o *conteúdo* desta forma social de trabalho – não se modificou, que é preciso muito cuidado para não supervalorizar as mudanças *de forma* do trabalho capitalista. Tais mudanças são certamente fundamentais para revelar as contradições do movimento do capital, isto é, o modo de manifestação concreto das tendências que caracterizam a produção capitalista. Por mais representativas que sejam do ponto de vista do trabalho concreto, essas mudanças *de forma* não podem ser hipostasiadas, tomadas como mudanças *de conteúdo*, tal como o fazem as teorias do fim do trabalho. Para formular o problema na mesma linguagem que Marx empregou em suas obras, a especificidade da produção capitalista, da sociedade regida pelo capital, é o valor enquanto tal (o próprio trabalho abstrato, a própria socialização mediada pelo trabalho) e não a forma concreta de produção do valor.[12]

Sem perder de vista a permanência essencial do trabalho no capitalismo (contemporâneo), podemos finalmente tratar de algumas de suas diferenças.

Mudanças formais do trabalho no capitalismo contemporâneo

Seria evidentemente impossível tratar com a minúcia necessária do extenso conjunto de transformações formais que o trabalho e a sociedade sofreram no capitalismo contemporâneo no espaço deste texto. Para isso, seria preciso esclarecer exatamente, entre outras coisas,

[12] Cremos que, ao adotar essa posição, pode-se rever criticamente a literatura recente sobre as famosas "modificações no mundo do trabalho", inclusive as de corte marxista, que enfatizam quase exclusivamente as mudanças de forma, muitas vezes tomando-as como indício de uma efetiva transformação social.

o sentido do qualificativo "contemporâneo" – o "Desde quando?" e o "De que forma?". Aqui nos limitaremos a simplesmente assinalar uma ou outra mudança no caráter útil do trabalho, dentre aquelas que se evidenciaram nas últimas décadas.

Em primeiro lugar, podemos destacar o crescimento do exército industrial de reserva em escala global, que amplificou dois pressupostos da reprodução do capital. Por um lado, ampliou-se a necessidade de destinar uma parcela da riqueza social para a manutenção, ao menos biológica, e o "adestramento" (educação) da população desocupada, de maneira que ela possa ser imediatamente aproveitada pelo capital quando necessário.[13] Por outro lado, torna-se mais premente a emergência de formas de consciência que dêem conta da fantástica proliferação de desocupados, pobres e miseráveis. Por se tratarem de formas de consciência exigidas pela própria reprodução social (pois uma sociedade não se reproduz sem ideias, sem uma interpretação de si mesma), não surpreende que muitas das vezes o trabalhador seja considerado – inclusive por si mesmo – culpado por sua própria condição. Esse é o caso, por exemplo, da famigerada teoria do capital humano, que nos assegura que o trabalhador, por ser capitalista de si mesmo, é responsável por sua capacidade ou incapacidade de provir-se do mercado.

Segundo, parece-nos claro que a colonização de novas esferas da sociedade pelo capital amplia a abrangência do trabalho, inclusive imaterial (trabalho que produz coisas intangíveis, mas "concretas"). No caso da ampliação do escopo do trabalho imaterial, o seu impacto sobre a constituição essencial do capital tende a ser sobrevalorizada

[13] É justamente essa a causa efetiva do incrível aumento das atividades pseudo-filantrópicas, "pilantrópicas" no juízo de muitos: podemos dizer que se estendeu nas últimas décadas um antigo nicho de mercado da "solidariedade", ou ainda que surgiu um rentável ramo da divisão social do trabalho especializado em produzir pobres-prontos-para-trabalhar. É, naturalmente, um pressuposto deste mercado da solidariedade que os programas de produção de pobres-prontos-para-trabalhar não eliminem a condição de pobreza, sem a qual não haveria pobres, nem programas sociais, nem filantropia, nem solidariedade, nem o mercado da solidariedade!

pelas diversas interpretações da crítica de Marx ao capitalismo que entendem que o autor conferia à indústria (agora no sentido de "setor secundário") e ao trabalho "material" alguma precedência na dinâmica capitalista. Partindo dessa interpretação da teoria de Marx, o crescimento do trabalho imaterial pode ser compreendido, e de fato foi, como a comprovação concreta da tese do fim do trabalho ou, no mínimo, como prova de que essa modalidade de trabalho teria assumido o posto de eixo dinâmico do capitalismo, presumidamente ocupado pelo trabalho "industrial" na etapa da acumulação anterior.[14] Naturalmente, rejeitada tal interpretação de Marx, como aqui o fizemos, as duas concepções que nela se fundamentam podem ser qualificadas como equivocadas e mistificadoras. E, nesse caso, o crescimento do trabalho imaterial pode ser tido como o fundamento objetivo da mistificação.

Por fim, podemos destacar que o caráter estranhado do trabalho objetivou-se ainda mais, manifestando-se de modo explícito e variado, por exemplo, quando os trabalhadores provocam, em sua prática, efeitos trágicos para a própria classe trabalhadora. Quando trabalhadores aplicam o rendimento de seu trabalho em títulos (ações, poupança, fundos etc.), e não raramente se creem capitalistas, passam a depender *literalmente* da elevação do preço ou dos rendimentos destes ativos, mesmo quando – ou talvez, principalmente – tal elevação tem por base verdadeiras tragédias para a classe trabalhadora, como as demissões em massa que sucedem os lucrativos processos de fusão e aquisição, o aumento das taxas de juros, os processos de "reengenharia" etc.

O limite dessa situação é a operação dos fundos de pensão, nos quais trabalhadores assumem, de fato, a perspectiva do capital. Como se sabe, os fundos de pensão são fundos de aposentadoria que correm mundo afora em busca de valorização. Pelo volume de recursos reunidos, e por sua própria lógica, é muito comum que os fundos de pensão participem das privatizações e das megafusões, cujos efeitos

---

[14] Essa é, por exemplo, a interpretação de Hardt e Negri (2001 e 2005).

sociais deletérios são bastante conhecidos. Aquilo que, para o indivíduo é e parece ser benéfico, demonstra-se para a totalidade da classe algo catastrófico.

Esse último processo torna nítida a relevância das mudanças de forma do trabalho para a análise do capital e de sua dinâmica contraditória, pois envolve profundas transformações tanto no movimento do capital, quanto na estrutura de classes, inclusive no que diz respeito à consciência de classe. Mesmo assim, como dissemos por diversas vezes, por mais relevantes que sejam, estas e outras mudanças "meramente" formais não alteram a essência do trabalho nesta forma de sociedade comandada pelo capital. Por isso, é indispensável, na teoria e na prática, não perder de vista que a flexibilidade formal do capital é o que o permite movimentar-se em meio às suas contradições, constantemente repostas dialeticamente, levando adiante a dinâmica muda e incontrolável da ampliação do escopo do trabalho como finalidade autônoma. Neste particular, para aqueles que procuram compreender e se contrapor à lógica do capital, o ponto não é rejeitar criticamente Marx; o ponto é resgatar o fundamental de suas ideias, atualizando-as quando preciso, para, a partir de uma interpretação radicalmente crítica da sociedade capitalista, restaurar a subjetividade necessária para superá-la.

De volta a Marx

Há diversas contribuições que podem sedimentar o terreno do "retorno a Marx" que propomos.[15] No caso do Brasil, uma referência sempre presente é Antunes (1999 e 2002), de maneira que concentramo-nos nela. Antes de tudo, é importante registrar que – naquilo

[15] No que diz respeito à interpretação marxiana do trabalho sob forma capitalista, sugerimos fortemente Lukács (1979 e 1986, cap. 1). No que diz respeito às transformações formais dessa atividade ocorridas durante o século XX, podemos mencionar aqui, por exemplo, mas não exaustivamente, Callinicos (1989, cap. 5), Mészaros (2002), Postone (2006) além dos dois autores tratados mais proximamente no corpo do texto, Antunes e Kurz.

que é mais substantivo para este texto – Antunes acerta não apenas ao rejeitar a tese do fim do trabalho, mas em rejeitá-la pelos motivos certos. Isto é, o autor deixa claro em todos os seus textos que a produção comandada pelo capital passou por mudanças formais importantes, que inclusive recondicionaram o movimento imanente de seu conteúdo, sem, no entanto extingui-lo. Para ele, enfim, o trabalho não foi extinto pelo capital. Ao contrário, o trabalho mudou de forma para preservar o conteúdo-capital.

Para aproveitar ao máximo o argumento que Antunes desenvolve com o propósito de demonstrar a inadequação da tese do fim do trabalho, parece-nos, entretanto, necessário evitar algumas imprecisões e impropriedades que poderiam conduzir a uma interpretação contraditória. A mais fundamental delas é o trânsito sem qualquer mediação que o autor estabelece entre a questão da centralidade do trabalho e a da centralidade da classe trabalhadora. Para dizê-lo em poucas palavras, Antunes entende que as modificações no âmbito do trabalho impõem uma reformulação crítica da categoria "classe trabalhadora". Tal reformulação resulta na categoria "*classe-que-vive-do-trabalho*" que "pretende dar contemporaneidade e amplitude ao *ser social que trabalha*, à classe trabalhadora hoje, apreender sua *efetividade*, sua *processualidade e concretude*" (ANTUNES, 1999, p. 101).

Se há um sentido contemporâneo da condição da classe trabalhadora, que justifica uma nova categoria, é obrigatório indagar: que sentido é esse e qual sua distinção do "sentido anterior"? É preciso recorrer aqui à letra dos textos. Em *Adeus ao Trabalho?*, Antunes nos esclarece que utiliza "a expressão *classe-que-vive-do-trabalho* como sinônimo de *classe trabalhadora*" (*idem*, 2002, p. 186). Ora, se são sinônimos, como justificar a necessidade da "nova" categoria? Duas passagens talvez ajudem a esclarecer o ponto. Na primeira, o autor alega que "essa noção amplia e incorpora a ideia de proletariado industrial" (*idem*, p. 121). Na segunda, Antunes afirma que "a *classe-que-vive-do-trabalho*, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles

que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo *central* os trabalhadores produtivos (no sentido dado por Marx, especialmente no *Capítulo VI, Inédito*)" (*idem*, 1999, p. 102).

O problema, em ambos os casos, resume-se ao seguinte: Antunes crê ou faz crer que a qualificação do trabalho (como produtivo ou improdutivo, industrial ou "de serviços", empregado ou desempregado etc.) é indispensável para sustentar tanto a categoria que representa a classe subordinada pelo capital (como quer que a denominemos) quanto, em um plano mais geral, a crítica a essa formação social. Em nosso juízo, e aqui seguimos Marx muito de perto, trata-se justamente do oposto.

Por exemplo, Marx nunca sustentou que a classe trabalhadora se reduzisse aos trabalhadores produtivos, industriais, ocupados ou relacionados ao trabalho "material". Classe trabalhadora inclui, objetivamente e na correta leitura do autor, o conjunto de indivíduos compelidos pela própria condição social a reproduzir sua existência material (vida) e social mediante a venda da própria força de trabalho. Isso não implica, é importante salientar, que o trabalhador necessariamente venda sua força de trabalho num dado momento do tempo ou que viva desta venda.[16] De forma geral, a única condição para que um indivíduo integre a classe trabalhadora é ter sua condição de vida e social subordinada ao aproveitamento de sua força de trabalho pelo capital, seja esse aproveitamento *efetivo* (trabalhador ativo) ou *potencial* (trabalhador "em espera"), *direto* (nos próprios circuitos de valorização do capital) ou *indireto* (nas atividades sociais indispensáveis à produção de valor, mas externas a essa produção). O caráter amplo dessa concepção de classe trabalhadora comparece na seguinte passagem de Marx: "Por 'proletário' deve entender-se economicamente o assalariado que produz e expande o capital e é lançado à rua logo que

[16] É precisamente por isso que Marx enfatiza, como vimos, o papel desempenhado pelo exército industrial de reserva na dinâmica capitalista.

se torna supérfluo às necessidades de expansão do '*monsieur capital*', como o chama Pecqueur" (MARX, 1998, L. I, vol. 2, p. 717).[17]

Em nosso entendimento, enfim, a contribuição de Antunes é mais bem aproveitada se recusamos tanto a categoria proposta pelo autor (a classe-que-vive-do-trabalho) quanto a própria sobreposição da questão da centralidade do *trabalho* com a questão da centralidade da classe trabalhadora. Deixando de lado essas diferenças, podemos retomar a linha central de argumento destacando que Antunes não apenas reconhece a inadequação da tese do fim do trabalho, como oferece uma explicação muito plausível de sua procedência teórica. Trata-se, neste particular, da confusão entre trabalho concreto e abstrato, da qual resulta a confusão entre fim do trabalho no primeiro sentido e fim do trabalho no segundo. Na passagem a seguir, o autor esclarece o significado exato das duas posições em contraste: "uma coisa é conceber, *com a eliminação do capitalismo*, também o fim do *trabalho abstrato*, do *trabalho estranhado*; outra, muito distinta, é conceber a eliminação, no universo da sociabilidade humana, do *trabalho concreto*, que cria coisas socialmente úteis, e que, ao fazê-lo, (auto) transforma o seu próprio criador" (ANTUNES, 2002, p. 90).

---

[17] Para variar a citação e enfatizar que Marx não qualifica o trabalhador de forma alguma: "o mestre-escola [professor] é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola. Que este invista seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa de fazer salsicha, em nada modifica a situação" (MARX, 1998, p. 578). Isso nos parece suficiente para rejeitar as interpretações de Netto e Braz (2006, p. 220), para quem a classe proletária é o subconjunto dos trabalhadores formado "pelos operários urbanos e rurais", e de Lessa (2007, p. 163-166), para quem proletário é apenas o trabalhador manual que interage com a natureza. *En passant*, devemos confessar que é difícil poupar adjetivos à interpretação da passagem de Marx acima citada. Lessa (*idem*, p. 168) julgaria que só as salsichas podem converter-se em produção de capital, o que faria do enchedor de salsichas um trabalhador, mas não do professor, mesmo que, em suas aulas, o professor encha linguiça (supomos)! Para o autor, "o primeiro 'produz e valoriza o capital', [enquanto] o professor apenas 'valoriza' o capital". Ou seja, embora produza mais-valia, o professor não produz capital (sabe-se lá o porquê).

Neste ponto, Antunes recorre a Robert Kurz. Na longa intervenção de Kurz e do grupo alemão associado à revista *Krisis*, do qual o autor fez parte, a expressão "fim do trabalho" ou "crise do trabalho" é sinônimo de crise da única sociedade em que o trabalho efetivamente teria se apresentado, a sociedade regida pelo capital. É preciso atenção neste ponto. Kurz não considera que as sociedades pré-capitalistas (ou pós-capitalistas, se houver) não produziam suas condições de vida – i. e., ele admite, claro, que há atividades produtivas em todas as formações sociais passadas e projetadas para o futuro. Para o autor, no entanto, as atividades produtivas de tais sociedades não consistem de trabalho, esta sim uma determinação exclusiva do capitalismo e caracterizada pela subordinação social dos sujeitos à atividade produtiva.[18] Quando, portanto, Kurz afirma que o trabalho está chegando ao fim – e Antunes entende bem isso –, ele obviamente quer dizer que o capitalismo atingiu um grau de desenvolvimento tal que sua reprodução contraditória encontra condições objetivas cada vez mais desfavoráveis para se sustentar.

No registro de Antunes, a especificação semântica da categoria trabalho proposta por Kurz é deixada de lado (em nossa visão, corretamente). O autor prefere manter a diferenciação, consagrada por Marx, entre trabalho concreto ou útil (para Kurz, atividade produtiva) e trabalho abstrato (simplesmente trabalho, segundo Kurz), ressaltando que a segunda categoria caracteriza o trabalho na formação social capitalista. Isso habilita Antunes a argumentar, numa linguagem

[18] O *Manifesto Contra o Trabalho*, assinado pelo grupo Krisis com colaboração direta de Kurz, deixa patente que trabalho, na concepção ali defendida, tem por referência direta o trabalho abstrato: "O trabalho não é de modo algum, idêntico ao fato de que os homens transformam a natureza e se relacionam através de suas atividades. Enquanto houver homens, eles construirão casas produzirão vestimentas, alimentos, tanto quanto outras coisas, criarão filhos, escreverão livros, discutirão, cultivarão hortas, farão música etc. Isso é banal e se entende por si mesmo. O que não é óbvio é que *a atividade humana em si*, o puro 'dispêndio de força de trabalho', sem levar em consideração qualquer conteúdo e independentemente da vontade dos envolvidos, torna-se um princípio abstrato que domina as relações sociais" (Krisis, 2003, p. 32).

prontamente acessível aos que conhecem minimamente a crítica de Marx, que a alegação do fim do trabalho carece de uma especificação nunca apresentada pelos seus formuladores. No sentido contrário, autores como Gorz, Offe, Habermas entre muitos outros geralmente tratam das mudanças do trabalho concreto como se fossem mudanças no trabalho abstrato e vice-versa (cf. *idem*, p. 159-163). As duas dimensões do trabalho em sua forma histórica contemporânea são tratadas, portanto, como se fossem uma e única. Ressaltemos, a título de conclusão, as implicações dessa mixórdia categorial.

Conclusão

Em primeiro lugar, se as duas dimensões do trabalho em sua forma atual não são claramente distinguidas, alguns dos processos dinâmicos mais importantes da produção capitalista não podem ser devidamente compreendidos. É o caso, por exemplo, do efeito do aumento da produtividade, que impacta de forma distinta o trabalho concreto (este aumenta) e o trabalho abstrato (que diminui em cada unidade de valor de uso). E sendo assim, não se consegue entender (ao menos corretamente) o funcionamento da concorrência capitalista e seu efeito sobre o valor unitário das mercadorias, sobre a massa de valor produzida e sobre o tamanho da produção. Com isso, perde-se a capacidade analítica para compreender uma contradição fundamental da produção capitalista, que está diretamente relacionada à possibilidade de ruptura sistêmica. Trata-se da contradição entre o caráter de valor da produção capitalista e a redução do valor unitário das mercadorias, uma das principais determinações de sua dinâmica. Ou seja, a sociedade que se funda no valor (trabalho) evolui dinamicamente reduzindo o requisito de trabalho (valor) para a elaboração de cada produto (valor de uso).

Em segundo lugar, a diferenciação entre trabalho concreto e abstrato é indispensável para distinguir a (possibilidade de) crise e superação do trabalho abstrato da (possibilidade de) crise e superação do

trabalho concreto. Do ponto de vista político-ideológico, essa parece ser a questão decisiva para a recusa da tese do fim do trabalho. Isso porque, se trabalho concreto e abstrato são tratados indistintamente, a afirmação de que o trabalho está chegando ao fim (ou que já terminou) só pode significar duas coisas: que o capitalismo foi superado (fim do trabalho abstrato) e que o fim do capitalismo finalmente livrou a humanidade do imperativo de trabalhar (fim do trabalho concreto). A pergunta que se deve fazer nesse caso é obviamente a seguinte: será que estamos, de fato, livres da *exigência* de trabalhar, prontos para a sociabilidade emancipada de que falava Marx? Uma sociedade

> onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, [onde a própria] sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico (MARX, 2007, p. 38).

Se é o caso de que superamos o capitalismo e, com ele, a opressão do ser humano pelo trabalho, pela *forma* de trabalho, como explicar a realidade insofismável pelos truques linguísticos (típicos do pensamento idealista, moderno ou pós-moderno, teórico ou propagandístico) de que a maioria esmagadora das pessoas que vive neste mundo oscila entre o trabalho obsessivo (seja em que forma for) e a busca, não menos obsessiva, por trabalho. Partindo desta realidade mais que empírica, objetiva no sentido pleno da palavra, é impossível admitir posições teóricas que, em lugar de ressaltar o caráter opressor da forma de trabalho em que vivemos como ponto de partida de um projeto social para superá-la, prepara o terreno para uma apologia dessa formação social, veiculada sob a forma dos contos de fada sobre o fim do trabalho. Agora, se se trata de recusar na teoria e na prática essas posições equivocadas e, no final das contas, reacionárias, a referência

obrigatória continua sendo, como esperamos tê-lo demonstrado neste artigo, a crítica original de Marx – hoje, talvez como nunca antes, desconhecida e/ou desfigurada.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho:* ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3ª ed.., São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

_____. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Campinas: Cortez; Unicamp, 2002.

ARANTES, Paulo. A fratura brasileira do mundo. In FIORI, J. L. e MEDEIROS, C. (orgs.) *Polarização mundial e crescimento.* Petrópolis: Vozes, 2011.

BECKER, Gary. *Human Capital:* A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education. Nova York: National Bureau of Economic Research, 1964.

CALLINICOS, Alex. *Against Postmodernism:* a Marxist Critique. Nova York: St. Martin's, 1989.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado:* para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

HABERMAS, Jurgen. *The Theory of Communicative Action.* Londres: Polity, 1992, vol. II.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Império.* Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Multidão:* guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. São Paulo: Conrad, 2003.

LESSA, Sérgio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.

LUKÁCS, Georgy. *Ontologia do ser social:* os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: LECH, 1979.

_____. *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins*. Zweiter Halbband. Luchterhand: Darmstadt, 1986.

MARX, Karl. *O Capital:* crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZAROS, István. *Para além do capital:* rumo a uma teoria da transição. São Paulo; Campinas: Boitempo; Unicamp, 2002.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia política:* uma introdução crítica. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2007.

OFFE, Clauss. *Capitalismo desorganizado:* transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1989.

POSTONE, Moishe. *Tiempo, trabajo y dominación social:* una reinterpretación de la teoria crítica de Marx. Madrid: Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y Sociales, 2006.